

## 30 ANOS (OU MAIS) DE GRAMÁTICA DE CONSTRUÇÕES: PRIMEIROS APONTAMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DO MOVIMENTO CONSTRUCIONISTA (OU: 1988: O ANO QUE NÃO TERMINOU)

*Diogo Pinheiro*<sup>1</sup>

*Karen Alonso*<sup>2</sup>

A década de 1980 testemunhou, na linguística norte-americana, o reavivamento do interesse pelos padrões sintáticos simultaneamente idiossincráticos e produtivos. Um dos primeiros sinais dessa tendência foi um pequeno artigo publicado em 1984, por Paul Kay, nos anais do encontro anual da Sociedade de Linguística de Berkeley (BLS, na sigla em inglês). Nesse trabalho, Kay escrutina a sintaxe, semântica e pragmática de dois *hedges* do inglês: “sort of” / “sorta” e “kind of” / “kinda” (como em “A mastodon is kind of an elephant”). Embora a maior parte do texto consista em uma descrição razoavelmente detalhada da gramática desses elementos, seu objetivo maior só fica claro na última seção, intitulada “Grammatical constructions”. Nela, Kay sugere que os *hedges* “sort of” e “kind of” têm potencial para ameaçar consensos solidamente estabelecidos, conduzindo a uma concepção de gramática cuja unidade básica é a construção gramatical – entendida como “um pacote que reúne, no caso mais geral, informação lexical, sintática, semântica e pragmática” (KAY, 1984, p. 167).

O ponto de partida de Kay é a constatação de que o tratamento tradicional, que isola a sintaxe e a semântica do léxico e da pragmática, parece incapaz de explicar o conhecimento gramatical que está por trás das sentenças com os *hedges* “sort of” e “kind of”. A raiz do problema parece ser a seguinte: ao mesmo tempo em que esses dois elementos são produtivos, no sentido de que podem dar origem a um sem-número de sentenças com estrutura sintática e interpretação semântica estáveis, as

---

1 Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: [diogopinheiro@letras.ufrj.br](mailto:diogopinheiro@letras.ufrj.br)

2 Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: [karensampaio@letras.ufrj.br](mailto:karensampaio@letras.ufrj.br)

regras capazes de explicar essa produtividade se aplicam a apenas dois itens lexicais – e, como se não bastasse, envolvem ainda conhecimento de natureza pragmática. Num cenário como esse, fica mais difícil preservar a oposição rígida entre um conhecimento de natureza gramatical (isto é, sintático-semântico), caracterizado pela generalidade e regularidade, e um conhecimento de natureza lexical, caracterizado pela especificidade e idiossincrasia. O que os *hedges* de Kay mostram é que certas regras sintático-semânticas produtivas podem ser lexicalmente específicas, além de envolverem restrições pragmáticas estáveis.

Um trabalho publicado por Charles Fillmore no ano seguinte, novamente nos anais do encontro anual da BLS, segue pelo mesmo caminho. Intitulado *Syntactic intrusions and the notion of grammatical construction*, esse artigo analisa duas espécies exóticas da gramática do inglês: o “have” contrafactual, encontrável em sentenças como “If you had ve eaten it, you would have died”, e certas “interjeições invasoras” do tipo “the hell”, “the devil” e “the heck”, capazes de se infiltrar em uma sentença como “What the heck did you see?” (mas aparentemente inadaptadas ao ambiente hostil das perguntas-eco, como se vê em “\*You saw what the heck?”). Nesse trabalho, Fillmore repete a estratégia adotada por Kay um ano antes: depois de ocupar a maior parte do texto com uma análise desses dois fenômenos gramaticais, a seção final, mais uma vez intitulada “Grammatical constructions”, estabelece um diálogo com a tradição precedente – e procura convencer o leitor de que, á luz dos dados analisados, uma teoria baseada em construções é uma ótima pedida.

Em linhas gerais, o raciocínio de Fillmore segue os seguintes passos: (i) para dar conta de espécies exóticas como o “have” contrafactual e as interjeições invasoras, é necessário recorrer a algo como o conceito de construção gramatical; (ii) para dar conta de espécies gramaticais mais familiares – isto é, a velha e boa *core grammar* –, uma abordagem construcionista e uma abordagem derivacional são equivalentes, e poderiam mesmo ser consideradas “meras variantes notacionais” (FILLMORE, 1985, p. 84); (iii) logo, no fim das contas, um tratamento construcional é preferível a um tratamento derivacional. Eis como o próprio Fillmore sintetiza o argumento (1985, p. 84):

As pessoas que decidem essas coisas certamente declarariam que os fenômenos que eu venho descrevendo pertencem à “periferia” da gramática e não ao seu “núcleo”, e eles seriam rápidos em informar que, dentro do “núcleo”, as estruturas de deslocamento podem ser descritas, de forma equivalente, por uma via construcional ou por uma via derivacional, de modo que ambas seriam “meras variantes notacionais”. Eu gostaria de sugerir que, uma vez que nos casos “periféricos” a abordagem “construcional” tem, a meu ver, uma série de vantagens, talvez ela deva ser preferida em todos os casos. No mínimo, isso tornaria menos necessária a crença de que há uma descontinuidade fundamental entre a Gramática Nuclear e A Periferia.

As boas práticas de escrita acadêmica recomendam que se evitem citações longas, mas o parágrafo de Fillmore aí em cima merece que se abra uma exceção – e isso por dois bons motivos. O primeiro deles é a ironia fina, revelada tanto pelo sintagma “As pessoas que decidem essas coisas”, que evidencia sutilmente a natureza arbitrária dessa decisão, quanto pelas iniciais maiúsculas em “Gramática Nuclear” (“Core Grammar”) e “A Periferia” (“The Periphery”), que constroem jocosamente essas categorias como entidades quase místicas – e sugerem mais uma vez, pela via do sarcasmo, que esse tipo de distinção faz bem pouco sentido.

O segundo motivo, menos divertido mas com maior impacto teórico, reside no fato de que esse parágrafo constitui um dos primeiros exemplos daquilo que nós gostaríamos de chamar de Retórica Construcionista Clássica<sup>3</sup>. Resumidamente, essa retórica consiste em evidenciar a necessidade do conceito de construção gramatical para dar conta de estruturas idiomáticas e então mostrar que o mesmo conceito pode ser estendido para padrões perfeitamente regulares e composicionais. A conclusão inevitável desse raciocínio é a de que ninguém precisa de regras, derivações ou operações transformacionais – sozinhas, as construções gramaticais dão conta de todo o recado.

Mas, nos primeiros anos da década de 1980, essa conclusão ainda não estava clara, e a verdade é que nem Kay (1984) nem Fillmore (1985) chegam nesse momento a esboçar um modelo alternativo. Se pudéssemos arriscar aqui uma interpretação khuniana, diríamos que esses dois artigos refletem uma fase de crise paradigmática: por um lado, o foco de interesse de parte da comunidade linguística passa a recair sobre os idiomatismos sintáticos, que se configuram, nesse contexto, como exemplos claros de anomalias (KHUN, 1962); por outro, ainda não é possível vislumbrar aqui as engrenagens de um novo paradigma. Em 1985, em suma, Fillmore e Kay já falam em construções gramaticais, mas ainda não falam em Gramática de Construções.

Crise paradigmática também é o que se observa em um artigo bem mais conhecido publicado três anos depois na *Language*: o clássico construcionista em que Charles Fillmore, Paul Kay e Catherine O’Connor analisam a construção com “let alone” (por exemplo, “He doesn’t eat fish, let alone shrimp”). Embora muito mais alentado que o texto de 1985 – são 38 páginas com uma análise minuciosa de um único padrão gramatical –, esse artigo (FILLMORE; KAY; O’CONNOR, 1988) exhibe uma organização estrutural curiosamente parecida com a do seu antecessor: inicia-se pela análise de um fenômeno gramatical particular e passa-se, nas considerações finais, às lições teóricas

---

3 Um dos primeiros, mas não o primeiro. O obscuro *Syntactic amalgams* (LAKOFF, 1974) é um exemplo ainda mais seminal dessa mesma retórica. Falaremos dele mais adiante.

que podem ser extraídas dela. Como se não bastasse, a estratégia retórica dos parágrafos finais também é virtualmente idêntica à da seção que encerra o texto de 1985: começa-se argumentando pela *necessidade* de uma abordagem construcionista para dar conta dos idiomatismos sintáticos<sup>4</sup> e, na sequência, sustenta-se a *viabilidade* de estender o mesmo tratamento para os fenômenos regulares e composicionais – um movimento que, no fim das contas, conduziria a teoria da gramática em direção a uma arquitetura exclusivamente construcionista, isto é, não-derivacional<sup>5</sup>.

Os textos relativamente obscuros de 1984 e 1985 e o clássico de 1988 são, portanto, parentes próximos: todos eles analisam padrões idiomáticos, tomam essa análise como evidência de que a noção de construção gramatical é necessária para uma teoria da gramática e sugerem que esse constructo também poderá se prestar à descrição da “core grammar”. Interessantemente, os três trabalhos se irmanam também em relação ao que lhes falta: nenhum deles chega a apresentar uma análise (ainda que preliminar) de estruturas regulares nem se propõe a esboçar qualquer teoria unificada, de natureza construcionista, capaz de se apresentar como alternativa viável aos modelos vigentes.

Não que essa situação perdure por muito tempo; na verdade, ela será remediada no próprio ano de 1988, graças ao artigo *The mechanisms of “Construction Grammar”*. Publicado, assim como os trabalhos de 1984 e 1985, nos anais do encontro anual da BLS, esse texto (FILLMORE, 1988) tem um título duplamente revelador: de um lado, ele deixa clara a intenção de esboçar as engrenagens de um novo modelo teórico, que é então batizado como “Construction Grammar”; de outro, a presença das aspas sugere que a ideia de uma gramática baseada em construções ainda não é aceita com naturalidade pela comunidade científica.

Embora bem menos conhecido que o estudo sobre o “let alone”, esse texto tem o mérito histórico de haver esboçado, de forma pioneira, uma teoria gramatical unificada de base construcionista. Essa teoria trata a construção gramatical como unidade básica de análise e se sustenta sobre três pilares fundamentais: princípios de unificação (que regem a compatibilidade dos itens concretos entre si e com as construções abstratas que eles instanciam), princípios de herança (por meio dos quais

4 “We hope to have demonstrated in the preceding pages that, in the construction of a grammar, more is needed than a system of general grammatical rules and a lexicon of fixed words and phrases. [...] It has seemed to us that a large part of a language user’s competence is to be described as a repertory of clusters of information, including, simultaneously, morphosyntactic patterns, semantic interpretation principles to which these are dedicated, and, in many cases, specific pragmatic functions in whose service they exist” (FILLMORE; KAY; O’CONNOR, 1988, p. 534).

5 “It can be hoped that the structure-building principles of the so-called core and the machinery for building the phaseological units of the kind discussed in this paper may be of a uniform type, the former being degenerate instance of the latter.” (FILLMORE; KAY; O’CONNOR, 1988, p. 534).

as construções podem compartilhar traços gramaticais) e princípios de verificação da presença de elementos obrigatórios (que regulam a possibilidade de omissão de complementos). Esse artigo parece representar, portanto, a superação da fase de crise paradigmática: em vez de escrutinar um ou mais fenômenos que se caracterizam como anomalias em face do modelo hegemônico, ele lança as bases para o desenvolvimento de um modelo alternativo.

Nesse texto, Fillmore se refere à Gramática de Construções como “diversos alvos em movimento” – uma metáfora que ilumina não apenas a dinamicidade da empreitada construcionista (os alvos estão em movimento) como também, e o que é mais importante para os nossos propósitos, a sua heterogeneidade (existem diversos alvos, e não apenas um). Não dá para cravar com segurança a identidade de todos os “alvos” a que ele se refere, mas um deles, certamente, é o modelo de base construcionista que vinha sendo desenvolvido, na mesma época, pelo seu colega de *campus* George Lakoff. E isso nos leva à próxima parte desta história.

Se Paul Kay e Charles Fillmore tiveram papel fundamental na concepção e no desenvolvimento da Gramática de Construções (de agora em diante, GC), não foi menos decisiva a atuação de George Lakoff, colega dos dois no *campus* de Berkeley da Universidade da Califórnia. De fato, se alguém quiser contar a história do empreendimento construcionista, talvez tenha que começar por um artigo obscuro de 1974, publicado nos anais do encontro anual da Sociedade de Linguística de Chicago.

Intitulado *Syntactic amalgams*, esse texto ancestral apresenta uma solução gerativista pouco ortodoxa para um fenômeno gramatical periférico: os amálgamas sintáticos, isto é, sentenças complexas resultantes da fusão de outras sentenças em princípio independentes (como em *Get out, or do I have to call the cops?*). Nos dias de hoje, porém, a relevância desse artigo se deve menos à análise desenvolvida do que às reflexões teóricas presentes nele. E não é para menos: é possível que ele tenha sido o responsável por plantar pela primeira vez, no terreno dos estudos linguísticos, a semente da Gramática de Construções<sup>6</sup>.

6 Claro, qualquer reconstrução histórica pode recuar no tempo tanto quanto permitir a disposição do reconstrutor. Mas, se um historiador da ciência menos disposto quiser contar a história da, digamos, Gramática de Construções Moderna, ou Gramática de Construções Como A Conhecemos, é provável que tenha que começar pelo obscuro Lakoff (1974). Nota da nota: junto com a colega e amiga Priscilla Mouta Marques, e num momento de mais disposição para recuos históricos, nós tentamos mostrar em que sentido a “sofisticada teorização gramatical do *Curso de Linguística Geral*” pode ser encarada como precursora da GC moderna (MARQUES; ALONSO; PINHEIRO, 2017) Com um pouco menos de disposição, alguém poderia recuar até a tese de doutorado de Lakoff, concluída em 1965 e publicada em 1970

Interessantemente, a organização estrutural desse texto é muito semelhante à dos trabalhos de Kay e Fillmore que nós enquadrámos na fase de crise paradigmática: enquanto a maior parte do artigo consiste em um tratamento descritivo de diversos casos de amalgamação sintática, a seção final, chamada *Implications*, discute as consequências teóricas dessa proposta. É aqui que a retórica construcionista se faz presente, ao que tudo indica, pela primeira vez. Depois de demonstrar a necessidade de estipular, na teoria da gramática, uma “regra de amalgamação” para dar conta de sentenças pouco convencionais, Lakoff especula que essa regra poderia ser estendida a estruturas mais familiares, como as relativas ou estruturas de complementação. Nas palavras do autor:

Até agora, estamos olhando os fatos de modo conservador e nos perguntando que evidências existem em favor das regras de amalgamação – em que casos elas são absolutamente necessárias? Mas, agora que sabemos que algumas são necessárias, é possível fazer uma pergunta diferente: existem outras construções que *poderiam* ser descritas por meio de regras de amalgamação? (LAKOFF, 1974, p. 343)

Partindo dessa pergunta, Lakoff passa a considerar quais seriam as consequências de estender a ideia de amalgamação à totalidade da gramática. Para ele, isso implicaria uma alteração radical do conceito de estrutura lógica. Na esteira desse raciocínio, duas soluções são cogitadas. A primeira, discutida um pouco mais longamente, envolve uma “versão semanticizada” (LAKOFF, 1974, p. 343) do modelo do *Syntactic structures* de Chomsky. A segunda, mencionada de forma absolutamente sumária, implicaria o desenvolvimento do modelo “em direção a uma teoria não-derivacional” (LAKOFF, 1974, p. 343).

Por um lado, é verdade que esse texto ancestral menciona apenas de passagem a possibilidade de uma arquitetura construcionista – isto é, não derivacional – de gramática. Por outro, não surpreende que Lakoff o considere, em visada retrospectiva, como um ponto de virada em sua própria carreira, creditando aos amálgamas sintáticos o mérito de chamar sua atenção para o conceito de construção gramatical (IBAÑEZ, 1997). O fato é que amálgamas sintáticos – assim como os *hedges* “kinda” e “sorta”, o “have” contrafactual, as interjeições invasoras e a expressão “let alone” – constituíam anomalias em face do modelo hegemônico. E foi a tentativa de lidar com essas anomalias que preparou o terreno para a emergência da Gramática de Construções.

Com o terreno devidamente preparado, o insight sobre uma “teoria não-derivacional” reapareceria três anos depois em um trabalho bem mais conhecido: o celebrado *Linguistic gestalts* (LAKOFF, 1977). Nesse texto mais citado do que lido, Lakoff sugere que a sintaxe de uma língua

---

sob o sintomático título de *Irregularity in syntax* (LAKOFF, 1970).

pode ser descrita como uma coleção de “*gestalts* linguísticas” – padrões estruturais abstratos que apresentam significado próprio, independentemente das palavras que os preenchem. Isso, claro, torna esse artigo um ótimo candidato a marco inaugural da GC. Mas, interessante, sua importância histórica não termina aí: *Linguistic gestalts* é, ao mesmo tempo, um dos textos fundadores da própria Linguística Cognitiva (LC)<sup>7</sup>.

Isso fica evidente, sobretudo, na proposta de criação de uma “linguística experiencial”, cuja tese central seria a de que “uma ampla variedade de fatores experienciais – percepção, raciocínio, a natureza do corpo, as emoções, memória, estrutura social, o desenvolvimento cognitivo e sensorio-motor, etc. – determina em grande medida, se não inteiramente, as características estruturais universais da linguagem” (LAKOFF, 1977, p. 237). Aqui, estamos claramente no território da LC, e não no da GC: não se trata de discutir a arquitetura do conhecimento linguístico, mas de questionar a tese gerativista de que a linguagem opera segundo princípios formais próprios, isto é, em grande medida autônomos em relação à cognição geral. Com efeito, não é difícil enxergar, na passagem citada acima, o embrião do famoso *compromisso cognitivo*, segundo o qual a LC deve oferecer uma caracterização da linguagem humana “que esteja em consonância com o que sabemos sobre o cérebro e a mente a partir de outras disciplinas que não a linguística” (LAKOFF, 1991, p. 54). A “linguística experiencial” de 1977 é, portanto, o precursor óbvio da Linguística Cognitiva já institucionalizada de 1991 – e o princípio da indistinção entre “cognição linguística” e “cognição não-linguística”, a zona de interseção entre as duas.

Justiça seja feita, Lakoff levou esse princípio ao pé da letra em suas análises gramaticais. O exemplo mais famoso talvez seja o estudo das construções com “there dêitico” (*There’s Harry with his red hat on*) e “there existencial” (*There was a man shot last night*). Com esse trabalho, Lakoff (1987, p. 462-585) pretendeu mostrar que uma série de bases de conhecimento e processos mentais pertencentes à cognição geral – principalmente a categorização por protótipos, mas também projeções entre espaços mentais, mapeamentos metafóricos, substituições metonímicas e *gestalts* experienciais

---

7 As relações entre GC, LC e Linguística Funcional (LF) são complexas. Nem toda abordagem construcionista é funcional-cognitivista (há modelos formalistas da GC) e nem todo trabalho funcionalista ou cognitivista é construcionista (há modelos gramaticais funcionalistas que não adotam uma perspectiva construcionista, e há estudos cognitivistas que sequer focalizam fenômenos gramaticais – detêm-se, em vez disso, sobre problemas discursivos ou sobre a relação entre significado e estrutura conceptual humana). No entanto, é inegável que GC e LC compartilham, em grande medida, uma gênese histórica comum, assim como é inegável que, do ponto de vista teórico, as versões não-formalistas da GC são fortemente compatíveis com a LC e a LF. Por essas duas razões, um vasto contingente de linguistas que se identificam como funcionalistas e/ou cognitivistas adota explicitamente – e cada vez mais – alguma versão da GC em suas análises gramaticais.

– devem ser mobilizados para explicar o funcionamento da gramática. No que tange especificamente às estruturas com “there”, Lakoff argumenta que o significado da construção dêitica se sustenta sobre um modelo cognitivo idealizado (o MCI de apontar), que as construções estudadas se organizam em redes radiais (de modo que a categorização baseada em protótipos, anteriormente proposta para a cognição geral, comparece também na gramática) e que construção existencial, interpretada como extensão da construção dêitica, remonta à metáfora EXISTÊNCIA É LOCAÇÃO EM UM ESPAÇO CONCEPTUAL.

Essa inclinação deixa claro que o projeto lakoffiano não é apenas construcionista, no sentido de assumir que o conhecimento linguístico do falante consiste em um inventário estruturado de unidades simbólicas. Ele é também, e muito crucialmente, cognitivista, na medida em que incorpora avidamente uma miríade de processos mentais e estruturas psicológicas à descrição de fenômenos gramaticais. Na sua trajetória particular, portanto, GC e LC são virtualmente inseparáveis.

Esta é, provavelmente, a diferença fundamental entre os dois projetos construcionistas que foram gestados em Berkeley nos anos 1970 e 1980. De um lado, o trabalho de Lakoff dilui alegremente as fronteiras entre a linguística e as (demais) ciências cognitivas, buscando incorporar descobertas relativas à cognição não-linguística e revelando uma preocupação com questões de interesse geral (como funciona a mente humana?; qual a relação entre mente e corpo?; qual a relação entre linguagem e cultura?; etc) que comparece mesmo em suas análises estritamente gramaticais. De outro, Kay e Fillmore optam por desenvolver o trabalho mais tradicional de um linguista descritivista: seu objetivo é compreender os princípios que regulam o funcionamento interno do sistema gramatical<sup>8</sup>. Certamente, diferenças desse quilate sustentam a interpretação de que, mesmo nos seus anos de formação, a GC já testemunha divergências significativas entre os seus (então escassos) praticantes.

8 Em entrevista publicada nesta mesma revista no ano de 2016 (volume 12, número 1), Lakoff dá uma resposta particularmente elucidativa em relação a essa diferença. Sua narrativa é tão interessante, e guarda tanto interesse histórico, que, a despeito da sua extensão, vale a pena citá-la na íntegra: “So, when we started to form Cognitive Linguistics, those were the people I contacted, Talmy and so on. Chuck [Charles] Fillmore did not want to become a Cognitive Linguist at all. He was against it. We were trying to get to work together on Construction Grammar, because we had the idea that meaning came in there, I had accepted his Frame Semantics, and he didn’t accept the metaphor stuff at all. But we accepted Frame Semantics in Construction Grammar. And we were working on a notation for Construction Grammar in my backyard one day, and we had a disagreement about the notation. So, I said, “This notation should reflect how people think, it should reflect cognition”, and he said, “No, it shouldn’t”. And I said, “Why?”, and he said, “Construction Grammar is about lexicography. What you want to do is make linguistic descriptions that can be put in dictionaries and in written grammar, so that people can understand it easily and can be taught”. And I said, “Wait a minute, language is about cognition, about the way you think, and he said, “No, it isn’t. It’s about words and how you put them together”. And then, we just had two different versions of Construction Grammar. He never adopted Metaphor Theory or Cognitive Primitives or Image Schemas in his theory of Frame Semantics.” (ABREU, 2016, p. 12).



Graças ao protagonismo de George Lakoff, Paul Kay e Charles Fillmore, o *campus* de Berkeley da Universidade da Califórnia costuma ser reconhecido como o epicentro da formação da Gramática de Construções. É um reconhecimento justo, mas parcial: a quase 800 quilômetros dali, no *campus* de San Diego da mesma universidade, um outro capítulo da história da GC vinha sendo escrito de forma independente. E isso nos leva à terceira parte desta história.

O *campus* de San Diego tem sido, há mais de 50 anos, o endereço profissional de Ronald W. Langacker. Foi lá que ele dedicou cerca de dez anos de sua carreira ao trabalho de descrição e reconstrução histórica de línguas nativas americanas da família uto-asteca. E foi lá também que, a partir da década de 1970, ele passou a se dedicar ao desenvolvimento da sua própria versão da Gramática de Construções. Esse modelo, que foi apresentado ao mundo com o nome de Space Grammar, acabou sendo batizado de forma definitiva como Cognitive Grammar – e se transformou na primeira e única variante da GC que não leva a palavra “construction” no nome.

A razão para essa peculiaridade remonta aos anos 1970 do século passado, e tem a ver com um fato histórico importante: em vez de ter surgido como uma tentativa de incluir os idiomatismos sintáticos na teoria linguística, como aconteceu com a GC forjada em Berkeley, o modelo langackeriano parece ter sido motivado originalmente pelo desejo de dar conta de diferenças semânticas sutis entre sentenças que descreviam uma mesma cena objetiva – como em “the clock is on the table” *versus* “the clock is sitting on the table” *versus* “the clock is standing on the table”. Langacker percebeu que cada uma dessas sentenças “construía” o cenário a ser descrito de forma distinta, evocando “imagens mentais” particulares. O problema, segundo ele, era que o aparato semântico baseado na lógica formal parecia incapaz de explicar essas diferenças. Moral da história: para Langacker, a anomalia que disparou a busca por um modelo alternativo não foram as irregularidades sintáticas – e sim as sutis diferenças semânticas produzidas pelas tais “imagens mentais”.

Acontece que anomalias diferentes fazem surgir alvos diferentes. Em outras palavras, o aspecto de um determinado paradigma que será posto em xeque por um movimento teórico contestador tem a ver com qual aspecto do objeto de estudo se constitui como anomalia. Se você esbarra nas dificuldades impostas por estruturas idiomáticas, como aconteceu com os construcionistas de Berkeley ao avistar entidades como o “have contrafactual”, pode acabar se convencendo da necessidade de abandonar as regras derivacionais, uma vez que a distinção qualitativa entre léxico e sintaxe deixa de fazer sentido.

Mas, se o seu obstáculo são as sutis diferenças de significado entre sentenças com o mesmo valor de verdade, jogar por terra as derivações sintáticas em princípio não ajuda em nada – o que você precisa é de uma nova teoria semântica.

E foi precisamente isso que Langacker começou a esboçar em um artigo publicado em 1976. Intitulado *Semantic representations and the linguistic relativity hypothesis* e citado pelo próprio como precursor da atual Cognitive Grammar (LANGACKER, 1987, p. 3), esse texto (LANGACKER, 1976) é simultaneamente conservador e subversivo. É conservador porque assume o modelo de gramática consagrado pela semântica gerativa, no qual a estrutura superficial é derivada diretamente de uma estrutura semântica subjacente. É subversivo porque, ao discutir a relação entre linguagem e pensamento, articula uma proposta que é ao mesmo tempo ousada (porque desafia o consenso vigente na época em relação à universalidade da estrutura semântica) e complexa (porque sugere que a relação entre linguagem e pensamento não é nem inexistente ou trivial, como parecia supor o consenso gerativista, nem tão direta quanto assume a versão forte da Hipótese de Sapir-Whorf).

Em sua essência, a proposta de Langacker pode ser resumida da seguinte maneira: (i) é preciso estabelecer uma diferença entre a estrutura conceptual, que diz respeito à cognição não-linguística e é universal, e a estrutura semântica, que diz respeito ao sistema linguístico e varia de uma língua para outra; (ii) o processo de transposição do pensamento (estrutura conceptual) para a linguagem (estrutura semântica), a que Langacker se refere como *codificação* (“coding”), é necessário para a verbalização e para o “pensamento por palavras”; (iii) no processo de codificação, línguas diferentes ou estruturas diferentes de uma mesma língua podem impor (e frequentemente impõem) *imagens* diferentes sobre uma base conceptual comum – em outras palavras, trata-se de construir um mesmo conceito ou cena de formas distintas; (iv) como resultado de (iii), uma sentença como *The clock is sitting on the table* não é semanticamente equivalente a *The clock is standing on the table*, muito embora elas sejam *conceptualmente* equivalentes; (v) por fim, uma das implicações fundamentais de (iv) é o fato de que a análise semântica precisa incorporar ferramentas que permitam distinguir os diferentes tipos de imagens que podem ser projetados sobre uma base conceptual pré-linguística, e a lógica formal, instrumento por excelência da análise semântica gerativista da época, não comporta essas ferramentas. Em relação ao ponto (v), Langacker (1976, p. 355) diz o seguinte:

Por fim, a concepção de representação semântica que eu propus lança dúvidas quanto à sua viabilidade como os objetos formais em termos dos quais as relações lógicas são definidas e as deduções lógicas são levadas a cabo. O aspecto figurativo da linguagem é o maior obstáculo. Duas sentenças podem enquadrar uma mesma situação em termos de imagens diferentes e não-comparáveis, mesmo que os falantes as considerem equivalentes e as tratem da mesma

maneira para fins de deduções lógicas. Se existe um nível da estrutura cognitiva em relação ao qual as relações lógicas podem ser definidas, este provavelmente é o nível conceptual, e não o nível da representação semântica.

Em resumo, esse artigo empurra as “imagens mentais” para o centro do palco – seu maior mérito é chamar a atenção da comunidade de linguistas para as diferenças semânticas existentes entre sentenças aparentemente sinônimas. Ao jogar luz sobre essa anomalia, Langacker desfere um golpe importante na ideia de que o significado linguístico pode ser adequadamente descrito por meio dos instrumentos oriundos da lógica formal. Nesse aspecto, está claro que as ideias levantadas nesse texto antecipam posições que se tornariam centrais ao arcabouço semântico da Cognitive Grammar. Por outro lado, ainda não há nada aqui que permita entrever a emergência de uma concepção não-derivacional de gramática, marca registrada de qualquer abordagem construcionista.

Seis anos depois, porém, a situação já seria bem diferente. Em um estudo publicado na *Language* em 1982, o que se vê já não é a mais a farta exemplificação de anomalias que ocupava a maior parte do trabalho de 1976. Em vez disso, esse artigo já consiste na apresentação dos fundamentos do que viria a ser uma teoria gramatical completa de base construcionista. Embora essa teoria seja aqui apresentada sob o rótulo de Space Grammar, ela não difere fundamentalmente do que se conhece hoje como Cognitive Grammar. Em outras palavras, a passagem de Space Grammar para Cognitive Grammar foi apenas uma mudança de nome, aparentemente motivada por razões mercadológicas<sup>9</sup>.

Para apresentar seu modelo, Langacker (1982) recorre a um tipo de estrutura textual que se repetiria ao menos mais uma vez em sua produção (LANGACKER, 1988). A estratégia aqui consiste em esboçar um arquétipo da teoria rival – neste caso, o “arquétipo transformacional” (LANGACKER, 1982, p. 22) – e em seguida enumerar, por contraste, as posições teóricas do modelo que está sendo proposto como alternativa. Nessa que talvez seja a primeira enumeração sistemática dos princípios da Cognitive Grammar, está incluída a sugestão feita no texto de 1976 em relação à representação do significado linguístico. Isso pode ser visto com clareza na premissa teórica identificada como (d’), que está formulada do seguinte modo: “A estrutura semântica é específica a cada língua e envolve camadas de imagens mentais convencionais. A estrutura semântica consiste em estrutura conceptual convencionalizada [...]” (LANGACKER, 1976, p. 23).

---

A continuação do mesmo ponto (d’), contudo, sugere que esse trabalho vai além, enquadrando

9 Não duvidamos de que essa motivação seja real, embora haja um inegável toque de ironia nas seguintes palavras: “A theory called space grammar can obviously not be taken seriously, but one called **cognitive grammar** is potentially of great intellectual significance” (LANGACKER, 1987, p. vi; grifo no original).

explicitamente a Cognitive Grammar como um modelo gramatical: “[...] e a gramática é a simbolização convencional da estrutura semântica”. A sugestão de que a forma gramatical consiste em um meio convencional de representar uma estrutura semântica lembra muito a definição de construção gramatical como um pareamento convencional de forma e significado. Mas, se alguém tinha alguma dúvida de que a Cognitive Grammar já se apresentava aqui como um modelo declaradamente construcionista, a seguinte passagem acaba com qualquer resquício de ceticismo: “A gramática de uma língua, nos termos da *space grammar*, é simplesmente um INVENTÁRIO ESTRUTURADO DE UNIDADES LINGÜÍSTICAS CONVENCIONAIS” (LANGACKER, 1982, p. 25; grifos no original).

Talvez, como adiantamos acima, a Cognitive Grammar não tenha a palavra “construction” no nome porque as primeiras inquietações que conduziram ao desenvolvimento do modelo, lá no texto de 1976, tinham como alvo a confiança (exclusiva) na lógica formal como aparato de descrição semântica – e não a aposta nas operações derivacionais como motor da competência linguística do falante. Como resultado, as primeiras formulações do modelo investiam em uma teoria semântica alternativa, e não em uma proposta inovadora acerca da arquitetura do conhecimento gramatical. Mas ninguém precisa da palavra “construção” para ser construcionista: se você assume que a unidade básica da gramática são “unidades linguísticas convencionais”, e que o conhecimento gramatical do falante nada mais é do que uma coleção estruturada dessas unidades (e não algum tipo de sistema derivacional), sua adesão ao quadro teórico da GC é um fato inegociável.

Estabelecida a filiação da Cognitive Grammar ao movimento construcionista, a próxima pergunta a ser feita é a seguinte: dado o que se sabe sobre as divergências internas nesse movimento desde os seus primeiros anos, a qual das suas vertentes o modelo de Langacker se alinha? À linhagem de Fillmore e Kay, que toma a língua como sistema formal autônomo, ou ao projeto lakoffiano, que enfatiza a relação entre sistema linguístico e processos cognitivos gerais?

Aqui, a resposta é simples e direta: como vimos, e esta é uma posição que pode ser entrevista desde o artigo de 1976, Langacker assume que a “estrutura semântica consiste em estrutura conceptual convencionalizada” (LANGACKER, 1982, p. 23). O que isso significa, na prática, é o seguinte: para entender o significado de uma construção (seja uma palavra, um morfema ou um esquema abstrato), é preciso sondar o funcionamento do sistema conceptual não-linguístico. Em consonância com essa ideia, Langacker chega inclusive a enumerar, no artigo de 1982, uma série de processos cognitivos de domínio geral, ou “habilidades cognitivas humanas” (LANGACKER, 1982, p. 38), que teriam impacto sobre a estrutura semântica. Nesse grupo, entram capacidades como integração

e combinação de conceitos, conceptualização de um cenário em diferentes graus de especificidade e detalhamento, focalização seletiva da atenção, dentre muitas outras<sup>10</sup>. No fim das contas, a moral da história é a seguinte: a despeito da distância geográfica, o projeto construcionista de Lakoff e de Langacker parecem desde o princípio irmanados por um espírito comum, ao qual não seria exagero se referir como o *espírito da Linguística Cognitiva*.

O que não significa que as duas propostas sejam idênticas. Na verdade, um único fator é suficiente para distingui-las: o *uso*. Com alguma simplificação (mas não muita), podemos dizer que Lakoff não inclui, em sua abordagem, qualquer menção aos efeitos da experiência linguística sobre o conhecimento subjacente. Na extensa análise das construções com “there”, por exemplo, a definição de construção gramatical não reserva nenhum papel para o uso linguístico (LAKOFF, 1987, p. 467), e toda a discussão sobre *quantas* construções com “there” devem ser postuladas envolve apenas reflexões sobre o poder preditivo de cada análise alternativa (LAKOFF, 1987, p. 507-508). A esfuziante Gramática de Construções de Lakoff, em suma, inclui muita coisa – protótipos, metáforas, gestalts experienciais, Modelos Cognitivos Idealizados, pragmática –, mas deixa o uso definitivamente fora da festa.

Essa exclusão fica ainda mais evidente na tese de Adele Goldberg, orientada por ele e publicada em 1995 sob o título *Constructions: A construction grammar approach to argument structure*. Nesse livro importantíssimo, que se transformou em clássico instantâneo da literatura construcionista, Goldberg (1995) não se limita a *não incluir* considerações sobre o uso linguístico da definição de construção gramatical – ela explicitamente *exclui* os efeitos de frequência dessa definição. Para Goldberg, apenas uma irregularidade sintática ou semântica é capaz de fazer com que um determinado enunciado se qualifique como uma construção. Assim, uma sequência como “abrir o jogo” poderá ser representada na gramática do falante como uma unidade independente – mas o mesmo não se aplica a sequências como “abrir a janela” ou “abrir o livro”, ainda que elas se revelem muito frequentes. Se considerarmos que o projeto construcionista lakoffiano é, na verdade, um projeto lakoff-goldbergiano, como fazem Croft e Cruse (2004, cap. 272-278), parece seguro sugerir que se trata de uma GC em que não há espaço para o uso linguístico<sup>11</sup>.

---

10 Assim, se alguma diferença existe entre os projetos lakoffiano e langackeriano no que respeita à exploração da cognição não-linguística para fins de análise semântica e gramatical, trata-se de uma diferença de ênfase: enquanto o primeiro privilegia as estruturas pré-linguísticas oriundas da experiência sensorio-motora, a categorização por protótipos e processos tradicionalmente associados à linguagem figurativa (especificamente, a metáfora e a metonímia), o segundo tende a se debruçar sobre processos associados primariamente ao aparato perceptual humano.

11 Mas a situação real é mais complexa que isso, e felizmente existem as notas de rodapé para nos permitir

No que tange à CG langackeriana, contudo, a situação não poderia ser mais diferente. No artigo de 1982, em uma passagem na qual discute o tema da economia descritiva, Langacker defende que o conhecimento linguístico pode incluir representações redundantes – o que significa, na prática, que a gramática do falante pode conter tanto generalizações, do tipo VERBO OBJETO, quanto sequências concretas regulares e composicionais, do tipo “abrir a janela”. Essa é, como se sabe, uma posição tipicamente baseada no uso, que se coloca em franca oposição à definição de construção gramatical assumida por Goldberg (1995).

Por outro lado, é preciso dizer que o caráter “usage-based” do seu modelo, embora já plenamente estabelecido no trabalho de 1982, fica ainda subfocalizado nesse texto. De fato, embora Langacker defenda a postulação de sequências regulares como unidades independentes, ele em nenhum momento menciona que o estabelecimento dessas unidades na gramática do falante resulta da frequência com que elas ocorrem na sua experiência linguística. E, mais do que isso, a própria qualificação do modelo como “usage-based” só dá as caras em duas inofensivas notas de rodapé (LANGACKER, 1982, p. 34 e p. 46)<sup>12</sup>.

De 1982 para 1988, porém, o que estava escondido em letras miúdas é alçado para o título: com o capítulo *A usage-based model*, publicado no livro *Topics in Cognitive Linguistics* (RUDZKA-OSTYN, 1988), Langacker escancara e esmiúça o caráter “usage-based” do seu modelo. Repetindo a estratégia retórica do artigo de 1982, ele inicia a exposição enumerando posições teóricas associadas ao modelo rival. Desta vez, porém, os esforços se concentram sobre os três princípios que constroem o caráter “minimalista” (LANGACKER, 1988, p. 182) da linguística gerativa: a economia (a melhor gramática é a menor gramática), a geratividade (uma gramática é um mecanismo gerador de sentenças) e o reducionismo (as estrutura geradas pelas gramática não são, elas próprias, listadas como parte da gramática). Estabelecido esse pano de fundo, o restante do capítulo consiste na apresentação

---

explorar essa complexidade. Em primeiro lugar, é preciso dizer que o capítulo 5 do livro de 1995 é claramente “usage-based” – acontece apenas que ele é uma espécie de corpo estranho no conjunto da obra. Em segundo lugar, devemos reconhecer que, mais tarde, Goldberg alterou sua definição de construção gramatical a fim de contemplar os efeitos de frequência (GOLDBERG, 2006). Na mesma obra, ela se pronunciou acerca dessa mudança dizendo que a definição anterior era apenas “metodologicamente conservadora” (GOLDBERG, 2006, p. 224) e não implicava uma negação da existência de efeitos de uso.

12 Barlow e Kemmer (2000, p. vii) afirmam que o termo “usage-based” foi introduzido em Langacker (1987), que vem a ser o primeiro volume da sua obra magna – as *Foundations of Cognitive Grammar*. Como vemos aqui, isso não é verdade: não apenas o caráter baseado no uso da Cognitive Grammar está solidamente estabelecido no artigo de 1982, como o próprio termo “usage-based” já comparece por lá. Mas, justiça seja feita, é fácil deixar de notar duas notas de rodapé em um texto de 60 páginas repleto de ideias inovadoras e diagramas desnorteantes.

de um modelo alternativo, no qual a realidade psicológica é mais importante que a economia, a gramática é uma rede de unidades simbólicas (e não um mecanismo gerador de sentenças) e tanto expressões concretas quanto estruturas sintáticas prontas são diretamente representadas como parte do conhecimento gramatical.

É difícil exagerar a importância das posições “usage-based” de Langacker no desenvolvimento posterior da linguística funcional. Hoje, a ideia de que o conhecimento linguístico consiste em uma rede altamente redundante de unidades simbólicas é aceita com naturalidade por grande parte da comunidade linguística. O ambiente intelectual dos anos 1970, no qual esse tipo de posição parecia em larga medida inconcebível (tanto no sentido menos composicional de “inaceitável” quanto no sentido mais composicional de “impossível de ser pensado”), já não existe mais. E se o insight da *rede de unidades simbólicas* é compartilhado pelo menos com os modelos de Lakoff e de Fillmore e Kay, a aposta no caráter *redundante* dessa rede só pode ser entrevista nos estágios iniciais de um deles: a Cognitive Grammar de Langacker.

A interpretação histórica esboçada até aqui pode ser resumida como segue. A Gramática de Construções emergiu como resultado da confluência de três projetos teóricos que se desenvolveram mais ou menos paralelamente, a partir da década de 70 do século passado, na costa oeste dos Estados Unidos. Destes, os projetos de Lakoff / Goldberg e Fillmore / Kay foram gestados em Berkeley e impulsionados pela tentativa de dar conta dos idiomatismos sintáticos. Já o projeto langackeriano – dos três, o que se desenvolveu de forma mais independente – nasceu e cresceu em San Diego, tendo sido motivado originalmente pelo esforço por explicar diferenças semânticas sutis entre sentenças aparentemente equivalentes. Apesar de suas origens diversas e da distância geográfica, os projetos de Lakoff / Goldberg e de Langacker têm em comum o compromisso de explicar a estrutura linguística a partir de processos cognitivos gerais – o que fez com que eles viessem a ser identificados com a empreitada mais ampla da Linguística Cognitiva e da Linguística Funcional. Por fim, a GC langackeriana se diferencia do modelo de Fillmore e Kay, bem como das versões iniciais do modelo de Lakoff e Goldberg, pela centralidade atribuída, desde os seus primeiros anos, aos efeitos do uso linguístico sobre a representação gramatical subjacente.

Tentamos sintetizar tudo isso na tabela abaixo:

	<b>Anomalia</b>	<b>Incorpora processos associados à cognição geral?</b>	<b>Contempla os efeitos do uso sobre a representação subjacente?</b>
<b>Fillmore / Kay</b>	Idiomatismos sintáticos	Não	Não
<b>Lakoff / Goldberg</b>	Idiomatismos sintáticos	Sim	Não <sup>13</sup>
<b>Langacker</b>	Diferenças semânticas sutis associadas às “imagens mentais”	Sim	Sim

Tabela 1: linhas paralelas de formação e desenvolvimento da Gramática de Construções

Mas isso são águas passadas. De fins da década de 90 para cá, pelo menos três mudanças importantes alteraram a configuração do mercado teórico da GC. Mudança um: a GC lakoff-goldbergiana incorporou decididamente o uso, e em particular os efeitos de frequência, ao seu arsenal explicativo (falamos disso na nota de rodapé 9). Mudança dois: a popularização da abordagem construcionista levou ao surgimento de novas variantes da GC – o *The Oxford Handbook of Construction Grammar* (HOFFMANN; TROUSDALE, 2013) contabiliza sete modelos. Mudança três: como resultado da mudança dois, os modelos construcionistas ganharam nomes mais longos, a fim de que pudessem se diferenciar uns dos outros (à exceção da Cognitive Grammar, que já nasceu com nome diferente). Atualizando a tabela acima em face dessas alterações, o cenário resultante é o seguinte<sup>14</sup>:

	<b>Incorpora processos associados à cognição geral?</b>	<b>Contempla os efeitos do uso sobre a representação subjacente?</b>
<b>Berkeley Construction Grammar</b> (FILLMORE, 1988; FILLMORE; KAY; O’CONNOR, 1988)	Não	Não
<b>Sign-Based Construction Grammar</b> (BOAS; SAG, 2012)	Não	Não
<b>Cognitive Construction Grammar</b> (GOLDBERG, 2006; a sair)	Sim	Sim

13 Mais uma vez, vale a ressalva de que estamos nos referindo às origens do projeto lakoff-goldbergiano, englobando a produção de George Lakoff dos anos 1970 e 1980 e os primeiros trabalhos de Adele E. Goldberg, que culminarão no livro de 1995. Mais sobre esse ponto no próximo parágrafo.

14 As referências na primeira coluna dizem respeito apenas às obras que consideramos particularmente representativas ou emblemáticas de cada modelo. Goldberg (1995) não foi incluída porque corresponde a uma fase anterior da Cognitive Construction Grammar, quando os efeitos da experiência linguística do falante ainda não haviam sido plenamente incorporados (foco no “plenamente”, conforme ressalva na nota 9) e o modelo sequer havia sido batizado.



<b>Cognitive Grammar</b> (LANGACKER, 1987; 1991)	Sim	Sim
<b>Radical Construction Grammar</b> (CROFT, 2001)	Sim	Sim
<b>Fluid Construction Grammar</b> (STEELS, 2011)	Sim	Sim
<b>Embodied Construction Grammar</b> (BERGEN; CHANG, 2005)	Sim	Sim

Tabela 2: mercado teórico da GC nos dias de hoje

A tabela sugere que a GC está hoje cindida em dois grandes territórios: o campo dos modelos baseados no uso, de inclinação funcional-cognitiva, e o campo dos modelos “baseados-na-competência” (“competence-based”, nos termos de Hoffmann (2017, p. 322)), de inclinação formalista. Hoffmann (2017) distingue essas duas frentes levando em conta apenas o critério do uso – e, crucialmente, a admissão de que o armazenamento construcional pode ser redundante, a depender do *input* a que o falante é exposto. Assim, a Berkeley Construction Grammar (rótulo atribuído hoje ao modelo que foi um dia chamado simplesmente de “Construction Grammar”, e que remonta ao trabalho seminal de Fillmore e Kay) e a Sign-Based Construction Grammar (resultado do casamento entre a Berkeley Construction Grammar e a Head-Driven Phrase Structure Grammar) advogam por uma representação gramatical livre de redundâncias, o que equivale a isolar o modelo dos efeitos do uso, ou desempenho (daí serem modelos “baseados-na-competência”). Todas as demais versões da GC, no entanto, reconhecem que a experiência concreta do falante pode afetar a representação subjacente, o que implica aceitar a existência de construções redundantes.

É compreensível que Hoffmann (2017) não tenha mobilizado explicitamente a ideia de processos cognitivos gerais como um critério capaz de distinguir entre essas duas vertentes. Isso seria, afinal de contas, inócuo: dado que todos os modelos que contemplam o uso também contemplam a cognição geral (e vice-versa), a inserção desse critério adicional não produziria nenhuma mudança na classificação proposta. Essa situação resulta do fato de que, atualmente, todas as abordagens incluídas no balaio dos chamados “modelos baseados no uso” – ou “linguística baseada no uso”, ou ainda “Linguística Funcional Centrada no Uso” – partem do princípio de que o inventário construcional do falante resulta da atuação, sobre o *input* linguístico, de uma série de processos cognitivos de domínio geral. Nos dias de hoje, portanto, a centralidade da experiência linguística e a relevância da cognição não-linguística são premissas inextricavelmente conectadas.

Mas, como esperamos ter mostrado nas páginas anteriores, nem sempre foi assim. De fato, no projeto construcionista capitaneado por Lakoff nos anos 1970 e 1980, o uso linguístico brilha pela ausência: não apenas não se faz qualquer consideração sobre o impacto da experiência linguística sobre a representação subjacente, como as poucas considerações sobre a representação construcional parecem descartar a possibilidade de armazenamento redundante (LAKOFF, 1987)<sup>15</sup>. Assim, parece claro que o panorama vigente hoje, no qual uso e cognição geral andam de mãos dadas, é o resultado de um deslocamento do modelo lakoff-goldbergiano em direção à linguística baseada no uso.

Evidentemente, é impossível precisar uma data de nascimento para a Gramática de Construções, e isso por duas razões complementares. Em primeiro lugar, como vimos, a emergência da GC resulta da confluência de três projetos teóricos que não são inteiramente paralelos: embora pareçam atravessar as mesmas fases de maturação e desenvolvimento, eles não completam essas etapas exatamente ao mesmo tempo. Além disso, mesmo que tomássemos cada linhagem individualmente, não está claro quais critérios poderíamos adotar para decidir em que momento já se pode falar na existência de um modelo gramatical plenamente constituído.

De qualquer maneira, caso alguém insista em determinar o marco zero do calendário construcionista, talvez deva pensar com carinho no ano de 1988. Pelo menos três argumentos pesam a favor dessa escolha: é o ano em que a linhagem kay-fillmoreana supera a fase de crise paradigmática e passa a desenvolver sua teoria construcionista de inclinação formalista (FILLMORE, 1988); é o ano em que a linhagem langackeriana sistematiza e detalha sua orientação cognitivo-funcional, argumentando em favor de uma abordagem construcionista baseada no uso (LANGACKER, 1988); e é o ano de publicação do clássico sobre o “let alone”, que tem forte impacto sobre a comunidade linguística e, com isso, ajuda a popularizar o campo (FILLMORE; KAY; O’CONNOR, 1988).

Mas é claro que alguns podem considerar essa data um pouco tardia demais. Afinal, a vertente langackeriana – aquela que parece ter tido o desenvolvimento mais precoce das três – supera a fase de crise paradigmática já em 1982, com o artigo publicado na *Language*. E, se não quisermos esperar a superação dessa etapa para decretar o nascimento do modelo, podemos recuar até o *Linguistic gestalts* de Lakoff, publicado no distante ano de 1977.

---

15 Embora este ponto não chegue a ser discutido de forma explícita.

A despeito de todas essas possibilidades, ficaremos felizes caso alguém compre nossos argumentos em favor do ano de 1988. Afinal, isso significaria que esta edição da revista *Linguística*, cujo tema é precisamente *Gramática de Construções*, estaria sendo lançada exatamente três décadas após o nascimento da GC. Mas, mesmo que a ideia não cole, não podemos escapar do fato de que a publicação deste número coincide com o aniversário de 30 anos de três textos fundamentais da área: os já citados Fillmore (1988), Langacker (1988) e Fillmore, Kay e O'Connor (1988).

Gostaríamos de dizer que isso foi intencional, mas a verdade é que foi pura coincidência – e, para piorar a nossa situação, foi o colega Tiago Torrent, da Universidade Federal de Juiz de Fora, quem nos alertou para a efeméride do texto sobre o “let alone”. Seja como for, trata-se de uma coincidência particularmente feliz. Afinal, os três aniversariantes do ano são representantes emblemáticos das duas grandes posições teóricas que compartilham o território da GC nos dias de hoje. De um lado, os artigos *Regularity and idiomaticity in grammatical constructions: the case of “let alone”* (FILLMORE; KAY; O’CONNOR, 1988) e *The mechanisms of “Construction Grammar”* simbolizam a vertente formalista, caracterizada pela rejeição à redundância representacional. De outro, o capítulo *A usage-based model* (LANGACKER, 1988) simboliza a GC funcional-cognitiva, caracterizada pela adesão irrestrita à possibilidade de representação redundante. Tomados em conjunto, portanto, esses três textos pintam o quadro teórico dentro do qual os gramáticos construcionistas vivem e atuam até hoje. Do ponto de vista da história da GC, 1988 é o verdadeiro ano que não terminou.

Como uma forma de celebrar os 30 anos desses três textos tão atuais, este número traz entrevistas com dois dos linguistas que melhor representam as duas grandes vertentes teóricas da GC contemporânea. Paul Kay – um dos pioneiros do movimento construcionista, co-autor do clássico sobre o “let alone” e até hoje um dos principais nomes da GC de inclinação formalista (ver, por exemplo, Kay (2013)) – é entrevistado pelo colega Tiago Torrent, de quem já falamos acima. Na sequência, Ronald W. Langacker – que segue até hoje desenvolvendo e refinando sua Cognitive Grammar e veio a ser celebrado como precursor da linguística baseada no uso (BARLOW; KEMMER, 2000) – é entrevistado por Diogo Pinheiro, um dos autores deste texto. Nessas entrevistas, esses dois professores eméritos da Universidade da Califórnia – onde tudo começou, entre 30 e 45 atrás – discutem uma série de questões teóricas centrais ao paradigma construcionista de modo geral e aos seus modelos de predileção (respectivamente, Berkeley Construction Grammar / Sign-Based Construction Grammar e Cognitive Grammar) em particular.

Mas este número não é feito só de entrevistas. E, mais do que comemorar os 30 anos de publicação de três textos fundamentais na história da GC (ou, quem sabe, do próprio modelo), é importante celebrar a vitalidade da Gramática de Construções no Brasil e no mundo. A nosso ver, a qualidade e diversidade dos artigos aqui reunidos são uma amostra inequívoca dessa vitalidade.

O primeiro artigo, intitulado *Transitividade: do verbo à construção*, de autoria de Maria Angélica Furtado da Cunha, discute o tema da transitividade verbal a partir de três vieses distintos: a abordagem da gramática tradicional, a perspectiva do funcionalismo clássico e a abordagem da Gramática de Construções Baseada no Uso. O enfoque recai sobre construções transitivas e seus usos efetivos na fala e na escrita.

O segundo texto da revista, intitulado *A construção transitiva no português brasileiro: aspectos cognitivo-interacionais*, de autoria de Nedja Lima de Lucena, aborda a construção transitiva, com enfoque nos aspectos cognitivo-interacionais, demonstrando também que se trata de uma construção com alto grau de esquematicidade e produtividade, a qual licencia um grande número itens capazes de preencher o *slot* verbal

O terceiro artigo intitula-se *A Construção Concessivo-Comparativa Anteposta Enfática “ATÉ QUE PARA X, Y”*: elementos holisticamente empregados para expressar concessividade e comparação e é de autoria de Gabriela da Silva Pires e Luiz Fernando Matos Rocha. Partindo da análise de instâncias como “Até que para um iniciante me saí bem” e ancorando-se na abordagem sociocognitivista da Gramática de Construções, os autores focalizam os aspectos semântico-pragmáticos da construção estudada, destacando a correferencialidade entre X e Y.

O quarto artigo, *O afixoide lá em construções do português – perspectivização espacial e (inter) subjetificação*, de autoria de Mariangela Rios de Oliveira, propõe, sob a ótica da Linguística Funcional Centrada no Uso, uma análise dos usos do afixoide *lá*, entendido como subparte de três construções distintas, a saber: conectora textual; marcadora discursiva; e intensificadora de grau.

O quinto texto, sob o título *Análise funcional dos conectores em vez de e ao invés de no português brasileiro contemporâneo*, de autoria de Ivo da Costa do Rosário e Idrissa Ribeiro Novo, tem como objetivo caracterizar as construções conectoras *em vez de* e *ao invés de* e demonstrar que, na fase atual do português, ambas veiculam o sentido de substituição, para além do sentido de oposição tradicionalmente associado a elas.

O sexto artigo que compõe a revista tem como título *Representação computacional das construções de sujeito-predicado do português do Brasil* e é de autoria de Alexandre Diniz da Costa, Vanis Gomes Almeida, Ludmila Meireles Lage, Gustavo Barbosa, Natália Duarte Marção, Vanessa Ramos Lopes Paiva, Ely Edison da Silva Matos e Tiago Timponi Torrent. Desenvolvido à luz do Constructicon da FrameNet Brasil, o trabalho traz uma proposta de representação computacional de construções do português brasileiro, demonstrando de que forma a Semântica de Frames e a Gramática de Construções podem ser implementadas computacionalmente e, a partir daí, sustentar aplicações em Compreensão de Língua Natural.

O sétimo artigo intitula-se *Estrutura da informação em Gramática de Construções Baseada no Uso: o caso da construção pseudoclivada* e é de autoria de Diego Leite de Oliveira. Nesse texto, é feita uma análise de construções pseudoclivadas na língua russa, comparativamente a suas contrapartes no português brasileiro e no inglês. O autor, além de apresentar similaridades e especificidades dessas construções nas três línguas, defende que a construção pseudoclivada do russo herda propriedades de uma construção de foco mais abstrata e parece a função de foco com a posição final de sentença.

O oitavo texto da revista, que tem como título *“Parece que” é uma construção: a categoria de inferência em Waikhana (Tukano Oriental)* e é de autoria de Bruna Cezario Soares, Kristina Balykova e Kristine Stenzel, descreve propriedades de cunho sintático, semântico e pragmático da construção de evidencialidade inferencial na língua Waikhana (Tukano Oriental). Nessa investigação, as autoras defendem que a semântica da construção não é previsível a partir de suas partes, mas que, por outro lado, propriedades dessa construção podem ser motivadas a partir de outras construções da língua em estudo.

A revista ainda traz um nono artigo, intitulado *Construcionalização e mudança construcional de locuções conjuntivas em português: o caso de na hora que*, de autoria de Diego Minucelli Garcia e Gisele Cássia de Sousa. Sob a ótica da abordagem construcional da mudança de Traugott e Trousdale (2013), esse trabalho analisa os micropassos de mudanças por que passou a locução conjuntiva *((n) a) hora (em) que* no português. Além disso, traz uma avaliação dos graus de composicionalidade, produtividade e esquematicidade de *((n)a) hora (em) que* e de locuções conjuntivas similares, com o objetivo de propor uma hierarquia construcional, bem como mapear a trajetória de construcionalização dessas construções.

O décimo e último artigo da revista, que também aborda a mudança linguística, tem como

título *A mudança e a constituição da microconstrução “pois não”* e é de autoria de Célia Márcia G. Nunes Lôbo e Vânia Cristina Casseb-Galvão. O estudo descreve os micropassos de mudança atrelados aos contextos atípico, crítico e isolado que levaram à formação da microconstrução “pois não” no português. O artigo ressalta, ainda, a importância, no estágio do contexto isolado, da perda da função de negação e da formação do *chunk*.

Boa leitura a todos!

## REFERÊNCIAS

ABREU, H. *Entrevista: George P. Lakoff*. *Linguística*, 12, 1, p. 9-16, 2016.

BARLOW, M.; KEMMER, S. (Eds.). *Usage-based models of language*. Chicago: University Press, 2000.

BERGEN, B. K.; CHANG, N. Embodied Construction Grammar in simulation-based language understand. In: OSTMAN, J.-O.; FRIED, M. (Eds.). *Construction Grammars: Cognitive grounding and theoretical extensions*. Amsterdam: John Benjamins, p. 147–90, 2005.

BOAS, H. C.; SAG, I. *Sign-Based Construction Grammar*. Stanford: CSLI Publications, 2012.

CROFT, W. *Radical Construction Grammar: Syntactic theory in typological perspective*. Oxford: University Press, 2001.

\_\_\_\_\_; CRUSE, D. A. *Cognitive Linguistics*. Cambridge: University Press, 2004.

FILLMORE, C. J. Syntactic intrusions and the notion of grammatical construction. *Proceedings of the 11<sup>th</sup> annual meeting of the Berkeley Linguistics Society*, p. 73-86, 1985.

\_\_\_\_\_. The mechanisms of “Construction Grammar”. *Proceedings of the 14<sup>th</sup> annual meeting of the Berkeley Linguistics Society*, p. 35-55, 1988.

\_\_\_\_\_; KAY, P.; O’CONNOR, M. C. Regularity and idiomaticity in grammatical constructions:

the case of *let alone*. *Language*, 64, 3, p. 501-538, 1988.

GOLDBERG, A. E. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University Press, 1995.

\_\_\_\_\_. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: University Press, 2006.

\_\_\_\_\_. *Explain me this: Creativity, Competition and the Partial Productivity of Constructions* Princeton: University Press, a sair.

HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. (Eds.). *The Oxford Handbook of Construction Grammar*. Oxford: University Press, 2013.

HOFFMANN, T. *Construction grammars*. In: DANCYGIER, B. (Ed.). *The Cambridge Handbook of Cognitive Linguistics*. Cambridge: University Press, 2017.

IBAÑEZ, F. J. R. M. An interview with George Lakoff. *Cuadernos de Filología Inglesa*, 62, 2, p. 33-52, 1997.

KAY, P. The kind of / sort of construction. *Proceedings of the 10<sup>th</sup> annual meeting of the Berkeley Linguistics Society*, p. 157-171, 1984.

\_\_\_\_\_. In: HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. (Eds.). *The Oxford Handbook of Construction Grammar*. Oxford: University Press, 2013.

KUHN, T. S. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: University Press, 1962.

LAKOFF, G. *Irregularity in syntax*. 1970. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1970.

\_\_\_\_\_. Syntactic amalgams. *Papers from the 10<sup>th</sup> annual meeting of the Chicago Linguistics Society*, p. 321-344, 1974.

\_\_\_\_\_. Linguistic gestalts. *Papers from the 13<sup>th</sup> annual meeting of the Chicago Linguistics Society*, p. 236-287, 1977.

\_\_\_\_\_. *Women, fire and dangerous things: What categories reveal about the mind*. Chicago: University Press, 1987.

\_\_\_\_\_. Cognitive versus generative linguistics: How commitments influence results. *Language and communication*, 11, 1/2, p. 53-62, 1991.

LANGACKER, R. W. Semantic representations and the linguistic relativity hypothesis. *Foundations of language*, 14, 3, p. 307-357, 1976.

\_\_\_\_\_. Space Grammar, analysability, and the English Passive. *Language*, 58, 1, p. 22-80, 1982.

\_\_\_\_\_. *Foundations of Cognitive Grammar: Theoretical prerequisites*. Stanford: University Press, 1987.

\_\_\_\_\_. A usage-based model. In: RUDZKA-OSTYN, B. (Ed.). *Topics in Cognitive Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1988.

\_\_\_\_\_. *Foundations of Cognitive Grammar: Descriptive application*. Stanford: University Press, 1991.

MARQUES, P.; ALONSO, K.; PINHEIRO, D. Do signo à construção: o legado saussuriano e as abordagens construcionistas da gramática. *Gragoatá*, 22, 44, p. 1149-1171, 2017.

STEELS, L. *Design patterns in Fluid Construction Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 2011.